

Para além dos tabuleiros e da escravidão: a atividade das quitandeiras nas Minas Gerais do século XIX

Juliana Bonomo

Universidade de São Paulo (USP)

Departamento de Pós-Graduação em História Econômica (FFLCH/USP)

Área temática: História Econômica, do Pensamento Econômico e da Demografia Histórica
Bolsista CAPES (doutorado)

RESUMO

Essa pesquisa pretende analisar a interação das quitandeiras de Minas Gerais com o mundo do trabalho ao longo do século XIX. Para tanto, utilizamos como principais fontes os dados relativos ao levantamento populacional efetuado em Minas Gerais em 1804; a base de dados Poplin-Minas 1830, compilada pelo CEDEPLAR/UFMG; o Recenseamento Imperial de 1872 e relatos memorialísticos, como os de Ciro Arno (1885-1906) e de Helena Morley (1893-1895). As fontes pesquisadas, ao evidenciarem a diferença racial e social entre as quitandeiras, levaram-nos a considerar outras formas de comercialização de comestíveis, ainda de maneira informal, para além do tabuleiro e das ruas.

PALAVRAS-CHAVE: quitandeiras, século XIX, Minas Gerais

Apesar da historiografia ter relacionado a atividade das quitandeiras em Minas Gerais com a mineração, as condições socioeconômicas, ao longo de todo o século XIX, possibilitaram a continuidade das vendas ambulantes de comestíveis praticadas pelas quitandeiras. Condições estas, que estavam ligadas ao desenvolvimento urbano, à divisão do trabalho e à intensificação da produção de alimentos. Por essa razão, a decadência da atividade mineratória não foi capaz de eliminar a prática do comércio ambulante nas vilas de Minas Gerais. Vale lembrar o exemplo de outras cidades que não tiveram a mineração como atividade econômica principal, tais como Salvador, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, onde as quitandeiras formavam uma categoria social ainda presente e bastante atuante no século XIX. Em vista disso, esse trabalho busca identificar o perfil das quitandeiras de Minas Gerais no século XIX, assim como analisar a atuação dessas trabalhadoras no mundo do trabalho.

Sobre as quitandeiras da província mineira, a primeira informação de que dispomos data do ano de 1804. A nossa fonte é o estudo realizado por Luna & Costa (1982), no qual os autores analisaram os dados empíricos de Herculano Gomes Mathias¹ relativos ao levantamento populacional efetuado em Minas Gerais naquele ano, na área que corresponderia, atualmente, ao perímetro urbano de Ouro Preto. De acordo com esses dados, havia, na região, 38 quitandeiros, dentre eles, 2 homens e 36 mulheres. Mesmo que pouco significativo em termos quantitativos, o número de homens praticando o comércio ambulante de alimentos coloca em xeque a exclusividade feminina no exercício dessa atividade.

Dentre esses 38 quitandeiros, 23 eram livres e 15 eram escravos. No trabalho de Luna e Costa (1982) não há informações sobre a cor dos livres. Por esse motivo, não podemos afirmar se dentre eles havia ex-escravos. Abaixo, reunimos, na Tabela 1, as informações sobre o sexo e a situação social das pessoas que trabalhavam no ramo das vendas de gêneros comestíveis para efeito de comparação dos dados.

¹ MATHIAS, Herculano Gomes. **Um Recenseamento na Capitania de Minas Gerais** (Vila Rica - 1804). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1969, XXXVI + 209 pp., il.

Tabela 1: Número de habitantes ocupados na comercialização de alimentos segundo atividades, sexo e situação social - Vila Rica (1804)

Atividades	Sexo		Situação Social		Total	% do total de comerciantes
	Homens	Mulheres	Livres	Escravos		
Quitandeiros	2	36	23	15	38	37
Botequineiro	1	-	1	-	1	1
Mascates	3	-	3	-	3	3
Fazendas secas	21	2	23	-	23	22
Fazendas molhadas	14	-	14	-	14	14
Tropeiros	3	-	3	-	3	3
Caixeiros	19	2	21	-	21	20

Fonte: LUNA & COSTA (1982)

Chamou-nos a atenção, em primeiro lugar, o fato de que, em Vila Rica, as quitandeiras (os) representavam a maioria entre os comerciantes de alimentos, com 37% do total da categoria. Mesmo já passado o auge da extração aurífera e tendo a agropecuária se tornado a base da economia, as quitandeiras ainda formavam uma categoria social bastante atuante na região urbana de Vila Rica. Adicionalmente, dentro da categoria atividade comercial, a venda ambulante foi a opção para as mulheres, sendo que, apenas um número pequeno delas (4%) se ocupou das fazendas secas e do trabalho como caixeiros. Quanto aos escravos, a tabela mostra que, dentro das atividades comerciais, a eles, era delegado o comércio ambulante. Já os homens livres, em sua maioria, dedicavam-se ao comércio de fazendas secas e à venda de gêneros variados como caixeiros viajantes.

Informações mais detalhadas sobre as quitandeiras do século XIX, especificamente para a década de 1830, foram obtidas através da base de dados Poplin-Minas, compilada pela pesquisadora Clotilde de Andrade Paiva do CEDEPLAR/UFMG. O acervo documental dessa base de dados foi obtido do conjunto de 242 listas dos distritos de paz com a relação nominal dos habitantes de Minas Gerais em 1831/32. Uma equipe do CEDEPLAR/MG transcreveu as informações manuscritas das Listas Nominativas desses distritos de paz e armazenou-as em um banco de dados, acessível pela *internet*.

Aparentemente, estas listas são fragmentos de uma tentativa de se realizar um censo provincial. Segundo Paiva (1996), não há informações seguras sobre o total de distritos de paz que compunham a província naquela data, mas acredita-se que deveria estar perto de 410 por volta de 1830. De acordo com o relatório de Antônio Paulino Limpo de Abreu, apresentado em 1835, havia cerca de 420 distritos de paz na província de Minas Gerais no princípio da década de 1830, mas apenas 280 responderam ao ofício de 25 de agosto de 1831.²

Nas Listas Nominativas de 1831/32 estão incluídos 59% dos distritos de paz existentes e foram listadas 57% das pessoas que viviam na província mineira entre 1830 e 1835. Assim, para província mineira, há informações para mais da metade dos casos, quer se considere os distritos arrolados, quer se considere a população enumerada. A nível regional, no entanto, a cobertura da pesquisa é bem diferenciada, de modo que as melhores coberturas, tanto em termos de distritos quanto de população, são as das regiões Mineradora Central Oeste, Sudoeste e Sertão onde os percentuais são superiores a 70%. Nas regiões de Araxá, Médio Baixo Rio das Velhas, Intermediária de Pitangui/Tamanduá, Sudeste, Sul Central, Diamantina e Mineradora Central Leste os percentuais situam-se entre 50% e 70%. Na região da Mata, os percentuais encontram-se entre 40% e 50%. Nas demais regiões, ou seja, no Vale do Alto Médio São Francisco, em Minas Novas, Paracatu e Sertão do Alto São Francisco os percentuais concentram-se entre 15% e 30%, tanto para o número de distritos arrolados quanto para

² APM, Relatórios ao Conselho Geral, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Palácio do Governo, 1 de fevereiro de 1835 (manuscrito) *apud* PAIVA, C. (1996)

a população enumerada. O estudo de Clotilde Paiva (1996) considerou separadamente as duas regiões que representavam casos extremos dentro do conjunto: o Extremo Noroeste, para a qual não há nenhuma informação e o Sertão do Rio Doce, uma região era ocupada por indígenas que constituíam a maioria da população da região e não foram incluídos no arrolamento de 1831/32 (PAIVA, C. 1996, p. 72).

Para a nossa pesquisa, as Listas Nominativas de 1831/32 mostraram-se fontes de informações fecundas, já que elas apontaram 111 quitandeiras vivendo na província mineira. Para cada uma delas, as listas nos forneceram as seguintes informações: nome, idade, cor/origem (brancas, africanas/pretas, crioulas, pardas e mestiças – cabras), condição social (livres, escravas ou forras), estado marital (solteiras, casadas e viúvas), número de habitantes do fogo e relação com o chefe do fogo (chefe, cônjuge do chefe, agregada e filha do cônjuge). A partir do cruzamento desses dados, foi possível refletir sobre o perfil demográfico desse conjunto de mulheres, assim como sobre alguns pontos que concernem a relação das mesmas com o universo do trabalho na província mineira.

É provável que existissem mais quitandeiras na província mineira em 1831 do que as 111 apontadas pela base de dados Poplin-Minas 1830. Chegamos a essa constatação quando analisamos o conceito de fogo e o modo como foi feito o recenseamento. De acordo com Paiva (1996), fogo era o termo português, utilizado no século XIX, para se referir a domicílio. Os termos são, então, sinônimos. Da mesma forma, os termos fogo e família foram usados como sinônimos nas listas de habitantes mineiras, tanto nos casos onde há relações consanguíneas explícitas, quanto nos demais casos. Ou seja, a presença de pessoas ligadas por relações de parentesco, juntamente com agregados e escravos dentro de uma mesma unidade, sugere que os critérios usados para definir fogo ou família iam além da presença ou não das relações consanguíneas. Os fogos eram muito diversos quanto à sua composição: podiam conter apenas uma pessoa, um grupo familiar ou uma família acompanhada por escravos e agregados.

Em outras palavras, Clotilde Paiva (1996) sugere que, para a sociedade mineira da primeira metade do século XIX, os termos família e fogo/domicílio referiam-se à mesma realidade: um grupo doméstico, com ou sem a presença de relações de parentesco, sob a autoridade de um mesmo chefe. O fogo poderia ser uma casa ou um conjunto de casas que reuniam pessoas ligadas entre si por uma atividade produtiva. Portanto, os domicílios denominados como “fogos” caracterizavam-se por serem um grupo de trabalho, isto é, além dos laços consanguíneos, a atividade produtiva justificava o ajuntamento de seus membros dentro da mesma moradia que, por sua vez, tendia a ser também o local de trabalho. Nas listas Nominativas de 1831-1832, fica clara essa caracterização dos fogos como espaços de trabalho, já que o item correspondente à ocupação dos habitantes é uma constante, principalmente, no que diz respeito ao chefe do fogo. Algumas Listas Nominativas só registraram a ocupação do chefe do fogo, cujo nome completo vinha em primeiro lugar dentre os demais membros. Com isso, sugeria-se que os demais membros, por estarem ligados a ele ou a ela, principalmente os escravos, exerciam a mesma ocupação daquele ou daquela que chefiava o fogo.

Desse modo, se o chefe era registrado como agricultor, quando não estava especificada a ocupação dos demais membros, isto indicava que eles também eram agricultores. Esse fato pôde ser observado em um grande número das Listas Nominativas de 1831/1832 e, por essa razão, acreditamos que havia um número maior de quitandeiras atuando na província mineira do que aquelas 111 apontadas nos dados. Tomemos, como exemplo, o fogo que transcrevemos abaixo, chefiado por D. Angelica Maria do distrito de Caeté. É possível que as suas escravas, Roza e Matildes, de 40 e 28 anos, respectivamente, também fossem quitandeiras. Outra possibilidade é que D. Angelica fosse a responsável pela preparação das quitandas, doces etc e delegasse às suas escravas a venda nas ruas. Embora esse tipo de situação se repita em outros fogos chefiados por quitandeiras, nesse trabalho, utilizaremos apenas os dados daquelas que foram registradas como tal, evitando-se, assim, inferências inadequadas.

Transcrição do fogo da quitandeira D. Angelica Maria Distrito de Caeté - 1831

Quarteirão	Fogo	Nome	Idade	Cor-Origem	Estado Marital	Condição	Ocupação
1	18	D. Angelica Maria	50	Branca	Solteira	Livre	Quitandeira
		Felippe	55	Africana -preta	Casado	Forro	Jornaleiro
		Roza	40	Africana -preta	Viúva	Escrava	
		Matildes	28	Parda	Solteira	Escrava	
		Marianno	1	Mestiço	Solteiro	Escravo	

Fonte: Listas nominativas de 1831/32. Banco de dados: Poplin-Minas 1830, CEDEPLAR/UFMG

Isto posto, apresentamos, a seguir, a análise dos resultados obtidos através do cruzamento das variáveis disponíveis. Em um primeiro momento, procuramos traçar um perfil das quitadeiras que atuavam em Minas Gerais na década de 1830, de acordo com a cor/origem, a condição social, a idade e o estado marital. Em seguida, procuramos depreender dos dados as questões sobre a relação das quitadeiras com a chefia do fogo e a importância dos seus ganhos no sustento dos mesmos.

Tabela 2 – Cor/Origem das (os) quitadeiras (os) de Minas Gerais em 1831

Etnia	Brancas	Africanas (os) / Pretas (os)		Crioulas (os)		Pardas (os)		Mestiças	Total
		H	M	H	M	H	M		
Total	19	5	26	3	24	1	30	3	111
%	17,1	4,5	23,4	2,7	21,6	0,9	27	2,7	100

Fonte: Listas nominativas de 1831/32. Banco de dados: Poplin-Minas 1830, CEDEPLAR/UFMG

A Tabela 2 mostra-nos que, entre 57% da população mineira, havia 102 mulheres e 9 homens trabalhando como quitadeiras (os) em 1831. Dentre essas 111 pessoas, 27,9% eram africanas (os) /pretas (os), 27,9 % pardas (os), 24,3% crioulas (os), 17,1% brancas e 2,7 % mestiças. Ou seja, a maior parte das (os) vendedoras (os) de gêneros alimentícios da província mineira (82,9%) era constituída por indivíduos não-brancos, seguindo a tendência estabelecida no século XVIII. Os homens representavam 8,1% do total de indivíduos ocupados nas vendas ambulantes de alimentos, dentre os quais havia 5 africanos/pretos, 3 crioulos e 1 pardo. Dentre eles, havia somente 1 forro, crioulo, sendo todos os outros escravizados.

Os dados da Tabela 1, para Vila Rica em 1804, já tinham apontado a presença de 2 homens trabalhando como quitandeiros. Alguns anos depois, entre 1819 e 1822, um escravo quitandeiro de um distrito de Minas Gerais foi representado na aquarela de Henry Chamberlain. Outros homens quitandeiros escravizados também foram representados em gravuras de Joaquim de Barros Lopes Cabral Teive duas décadas depois de Chamberlain. As gravuras de Teive que representaram o “preto de doces”, o “preto vendendo hortaliças” e o “preto vendendo galinhas” foram produzidas no Rio de Janeiro entre os anos de 1832 e 1840³. Ambos artistas, que também retrataram as quitadeiras em suas pinturas, embora não tenham utilizado a palavra “quitandeiro” para caracterizar os homens, estão tratando de vendedores ambulantes de gêneros alimentícios, tal como as mulheres. Portanto, podemos depreender dessas iconografias a evidência de que homens também poderiam atuar como vendedores ambulantes de comestíveis em diferentes lugares do Brasil onde esse tipo de comércio foi praticado. A predominância de mulheres negras atuando na venda ambulante de comestíveis pode ser explicada pelo seu baixo valor relativo no mundo do trabalho, além da reprodução dos valores herdados da cultura africana na América Portuguesa. Enquanto os homens escravos atuavam em setores mais

³ As gravuras estão disponíveis no website Brasileira Iconográfica: <http://www.brasilianaiconografica.art.br>

lucrativos, como a monocultura exportadora, as mulheres eram destinadas às tarefas domésticas e pequenas tarefas do meio urbano, principalmente àquelas relativas ao abastecimento alimentar.

Imagem 1: Henry Chamberlain. *A Mineiro or Native of Mine District in Brazil. A slave going to market.* Entre 1819 e 1822.



Fonte: Brasileira Iconográfica. Acervo da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Brasil. Coleção Brasileira.

Em Minas Gerais, no ano de 1831, os homens quitandeiros foram encontrados nos seguintes municípios: 3 em Caeté, 2 em Mariana, 1 em Catas Altas, 1 em Itabira, 1 em Santa Bárbara e 1 em Campanha. Os números, embora pouco representativos em termos quantitativos, confirmam que o comércio ambulante não era uma tarefa exclusiva de mulheres na província mineira. Esse fato sugere uma oposição aos princípios da tradição africana, segundo a qual homens não trabalhavam como quitandeiros. Os dados não nos permitem conhecer os motivos pelos quais esses homens trabalhavam como tal, podendo ser por opção ou por submissão aos seus proprietários. De uma forma ou de outra, eles evidenciam a adaptação e a ressignificação da cultura africana na província mineira. Dada a presença diminuta dos homens praticando essa atividade, que deve ser tratada mais como uma exceção do que como uma regra, prosseguiremos a nossa análise tratando do conjunto de pessoas vendedoras ambulantes no sexo feminino, apontando a presença masculina quando ela se mostrar relevante.

Outro dado importante que a Tabela 2 nos traz é o fato de 17,1% das quitandeiras serem brancas. No século XVIII, havia uma escassez de mulheres brancas na capitania mineira. Entretanto, no século seguinte, o quadro populacional apresentou algumas mudanças. Dentre elas, Almeida (2010) destaca que, no final do período colonial, já não havia mais uma escassez de mulheres em toda a colônia. Na Tabela 3, podemos observar a evolução da população feminina branca entre os anos de 1776 e 1821.

Tabela 3

**População por gênero, segundo cor
Minas Gerais 1776-1821**

Cor	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
1776						
Branco	41.677	13	29.987	9,06	70.664	18,88
Pardos (1)	40.793	12,8	41.317	12,92	82.110	25,67
Pretos	117.171	36,6	49.824	15,58	166.995	53,33
Total	199.641	62,4	120.128	37,6	319.769	100,00
1821						
Branco	70.262	13,7	60.785	11,82	131.047	25,49
Mulatos	81.964	15,9	89.578	17,42	171.542	33,36
Pretos	129.408	25,2	82.041	15,95	211.449	41,14

Total	281.634	54,8	232.404	45,2	514.038	100,00
--------------	----------------	-------------	----------------	-------------	----------------	---------------

Fonte: AHU/MG – Cx: 112, Doc 11; Eschwege (1899, p. 774) apud STUMPF, 2017, p. 536.

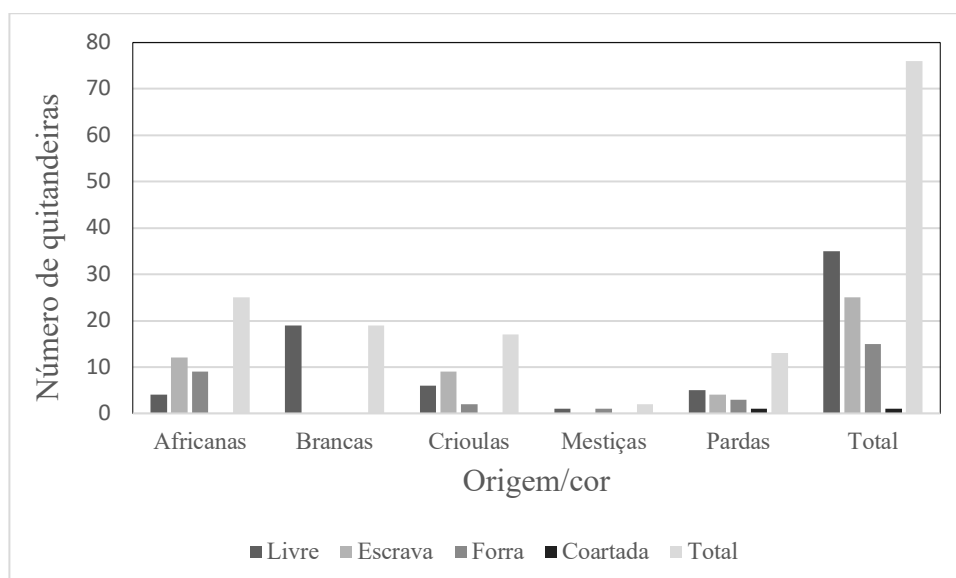
(1) Do ponto de vista das categorias raciais, a única diferença entre os mapas de 1776 e 1821 refere-se à utilização do vocabulário pardos (as) e mulatos (as), respectivamente, para representar o mesmo grupo.

As mulheres brancas, que antes correspondiam a 9,06% da sociedade mineira, mais de quatro décadas depois passaram a ser 11,82%. Segundo STUMPF (2017), se em 1821 havia 31.798 a mais de mulheres brancas, ou seja, um aumento de quase 110% em relação a 1776, isto ocorreu devido a um crescimento natural, já que as mulheres brancas raramente imigravam no período considerado. Dessa forma, havia um contingente maior de população feminina e branca, socialmente mais diversificado, sem os extremos sociais verificados nos primeiros séculos da colonização. Por essa razão, era de se esperar que, dentre a camada de mulheres brancas e empobrecidas, houvesse aquelas que trabalhassem como quitandeiras, não necessariamente de forma ambulante. É possível que estas trabalhassem em casa, preparando os alimentos e designassem a venda em tabuleiros às suas escravas. Outra possibilidade é que elas realizassem as vendas à porta de suas casas.

Aqui, vale citar os trabalhos de Maria Odila Dias (1984) e Maria Beatriz Nizza da Silva (1995), onde apresenta-se uma discussão sobre as ocupações de mulheres brancas do fim do período colonial até o fim do século XIX. Ambas refutaram o mito da mulher branca ociosa, defendendo que, ao lado da “dona”, ou melhor, da mulher de condição nobre, surgiu uma grande variedade de “plebeias”, exercendo múltiplas atividades, desde a fiação à tecelagem do algodão, à agricultura de roças ao pequeno comércio e até ao preparo de alimentos para vender. É interessante observar que, para a São Paulo do século XIX, Maria Odila Dias (1984, pág. 51 e 77) cita o conteúdo de alguns documentos oficiais retratando as quitandeiras brancas que “viviam de suas quitandas”. Nesses documentos, a autora ressalta que o termo “quitandeiras” era impreciso quanto à conotação social, pois dentre elas, “apareciam senhoras, escravas e negras forras, percorrendo toda a hierarquia social do pequeno comércio urbano.”

Prosseguindo com a análise dos dados das Listas Nominativas de 1831/1832, no Gráfico 1, analisamos a condição social das quitandeiras segundo a sua origem/cor. De acordo com essa base de dados, dentre as 76 quitandeiras para as quais obtivemos informações sobre a condição social, 46% eram livres, 33% eram escravas (os) (dentre elas 8 homens), 19,7% eram forras (dentre elas, 1 homem) e 1,3% eram coartadas. Quanto às mulheres livres, 54,3% eram brancas, 17% crioulas, 14,3% pardas, 11,4% africanas/pretas. Dentre as forras, 60% eram africanas/pretas, 20% pardas, 13,3% crioulas e 6,7% mestiças. No conjunto das quitandeiras escravas, 48% eram africanas/pretas, 36% crioulas e 16% pardas. Havia somente uma mulher coartada, parda. Considerando apenas as quitandeiras não-brancas, temos, então, que 42% eram livres, forras ou coartadas. Possivelmente, essas quitandeiras, enquanto escravas de ganho, conquistaram a própria alforria com os restantes das vendas ambulantes, assim como a historiografia vem apontando (PAIVA, 2001; 2009; REIS, L. 1989; REIS, J.J., 2003; FIGUEIREDO, 1993; 1997, MATTOSO, 2003).

Gráfico 1: Condição social das quitandeiras segundo a origem/cor em 1831 Minas Gerais – 1831

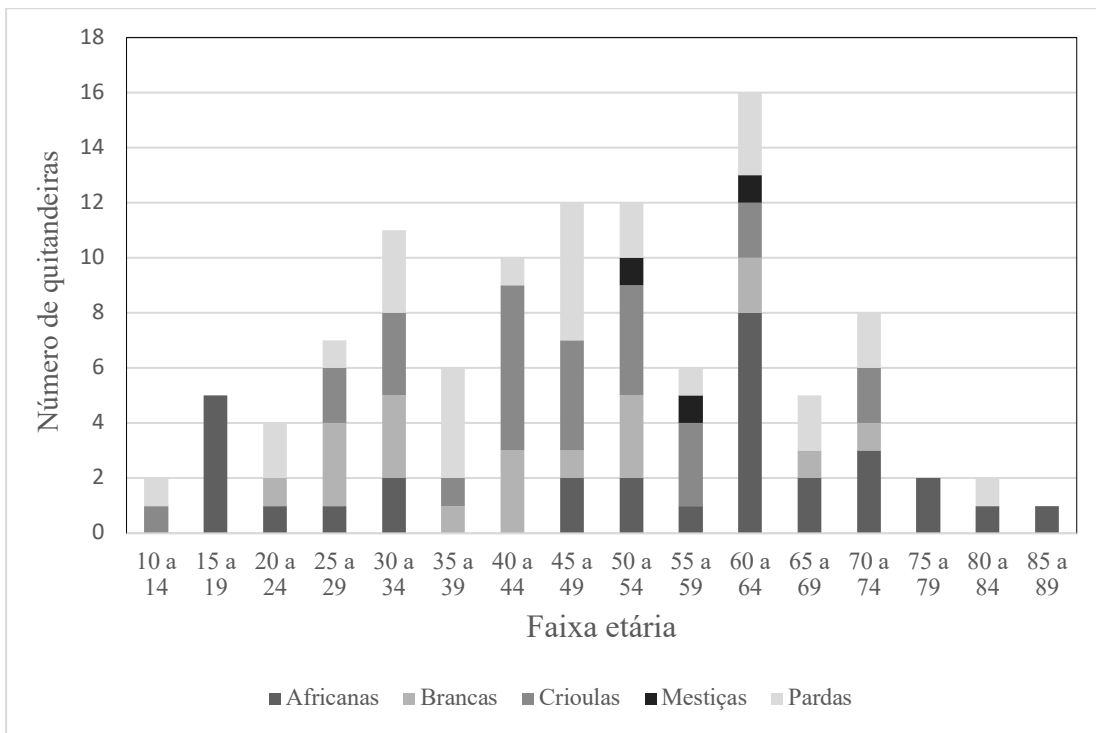


Fonte: Listas nominativas de 1831/32. Banco de dados: Poplin-Minas 1830, CEDEPLAR/UFMG

No Gráfico 2, cruzamos as informações sobre a origem/cor das quitandeiras com a estrutura etária. Em seu conjunto, encontramos uma maior concentração de indivíduos, 67,5%, entre as idades de 30 a 64 anos, 17,1 % na faixa etária de 10 a 29 e 15,3% na faixa entre 65 e 85. De uma forma geral, a primeira informação que podemos depreender desses dados, mesmo considerando a faixa etária mais velha, é que todas as quitandeiras que atuavam, na década 1830, iniciaram as suas atividades no período relativo à decadência da atividade mineratória, ou seja, após 1750. Portanto, seria uma conclusão errônea pensar que não houve lugar no mundo do trabalho para as quitandeiras no período pós-mineratório. De fato, no século XIX, as condições para o ingresso das quitandeiras na comercialização de comestíveis continuavam as mesmas: urbanização, divisão do trabalho, poucas oportunidades de trabalho para as mulheres, possibilidade de compra de alforria pelas escravas e baixo investimento para a manutenção do negócio.

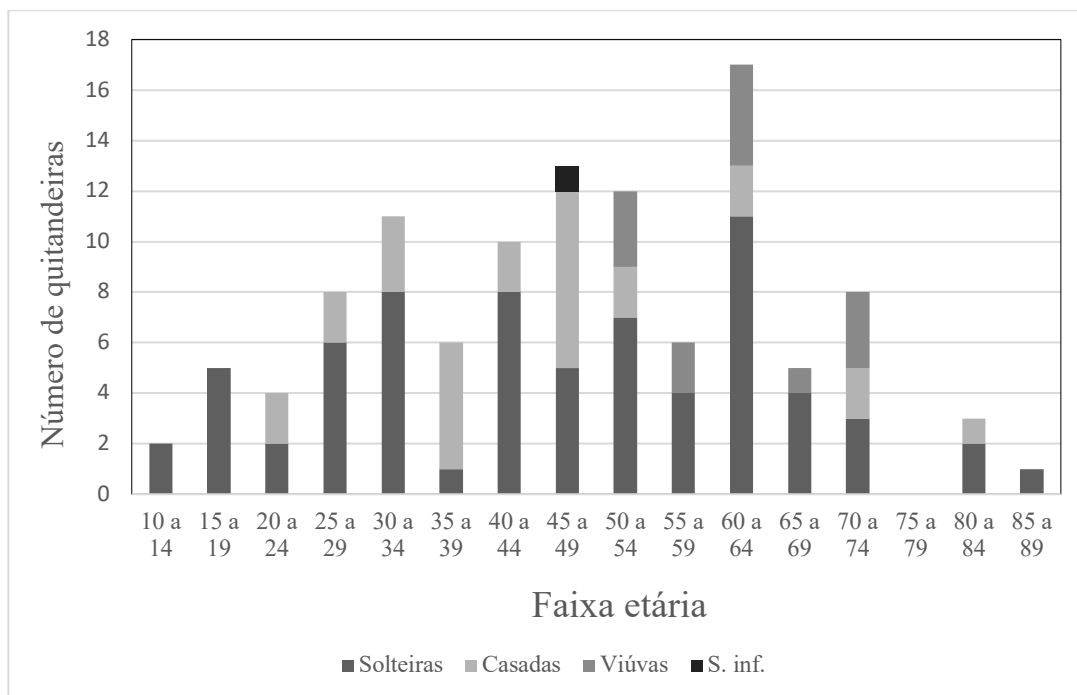
Quanto ao perfil racial segundo a idade, dentre as quitandeiras com idades entre 30 e 64 anos, predominavam as crioulas, com 31% do total de indivíduos nessa faixa etária, seguidas das pardas, com 26%; das africanas/pretas, com 20%; das brancas, com 17,8% e das mestiças com 4,1%. Na faixa etária mais jovem, prevaleciam as africanas/pretas, com 39% das quitandeiras entre 10 e 29 anos. Na faixa etária mais velha, igualmente, prevaleciam as africanas/pretas, com 50% das quitandeiras entre 65 e 89 anos. O Gráfico 2 mostra-nos ainda que, na faixa etária mais jovem, entre 10 e 19 anos, encontravam-se apenas quitandeiras não-brancas, onde 71% eram africanas/pretas, 14,5% crioulas e 14,5% pardas. Dos 7 indivíduos que compõem essa estrutura etária, 5 eram homens: 3 africanos/pretos, 1 crioulo e 1 pardo. No Gráfico 3, observamos que o conjunto dessas 7 pessoas era formado por indivíduos solteiros e o Gráfico 4 informa-nos que eram todos escravizados. Já as quitandeiras brancas, começam a aparecer na faixa etária um pouco mais velha, entre 20 e 24 anos, e, a partir daí, estavam presentes em todas as faixas etárias (exceto a que corresponde o intervalo entre 55 a 59 anos) até os 74 anos. Acima dessa idade, encontravam-se apenas quitandeiras africanas/pretas ou pardas, a maior parte solteira e chefe do fogo, como nos mostram os Gráficos 3 e 4.

Gráfico 2: Distribuição de quitandeiras por faixa etária segundo a origem/cor, Minas Gerais – 1831



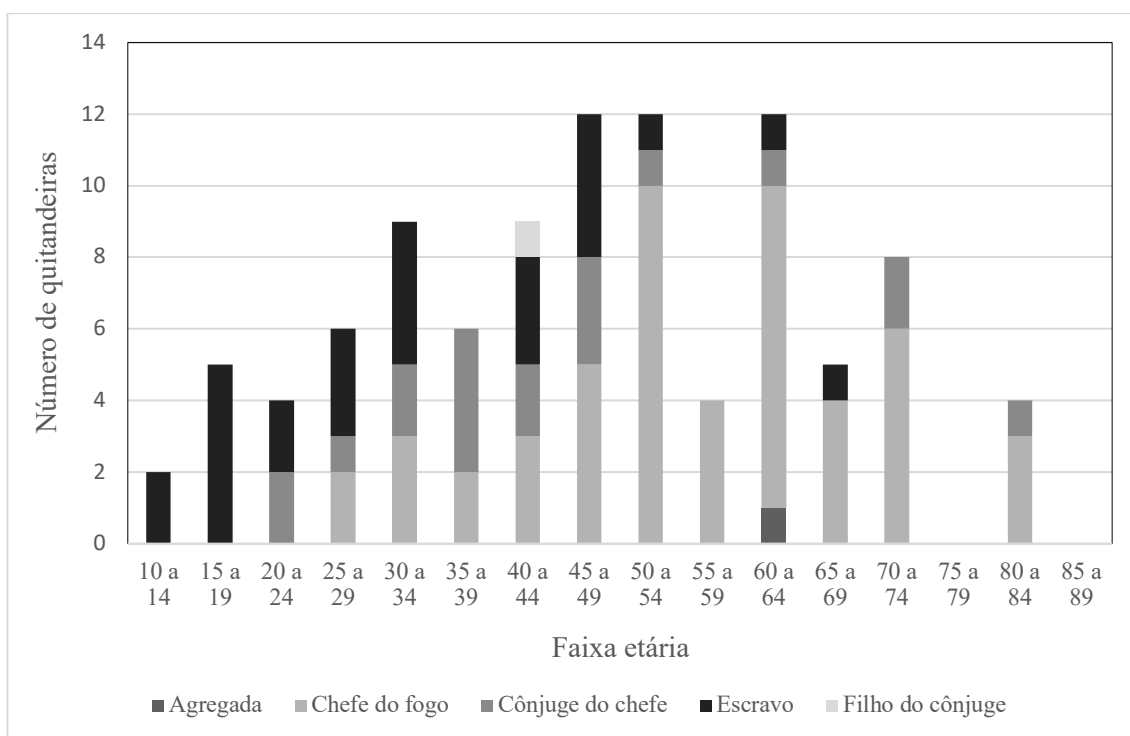
Fonte: Listas nominativas de 1831/32. Banco de dados: Poplin-Minas 1830, CEDEPLAR/UFGM

Gráfico 3: Distribuição das quitandeiras por faixa etária segundo a condição marital, Minas Gerais - 1831



Fonte: Listas nominativas de 1831/32. Banco de dados: Poplin-Minas 1830, CEDEPLAR/UFGM

Gráfico 4: Distribuição das quitandeiras por faixa etária segundo a relação com o chefe do fogo, Minas Gerais - 1831

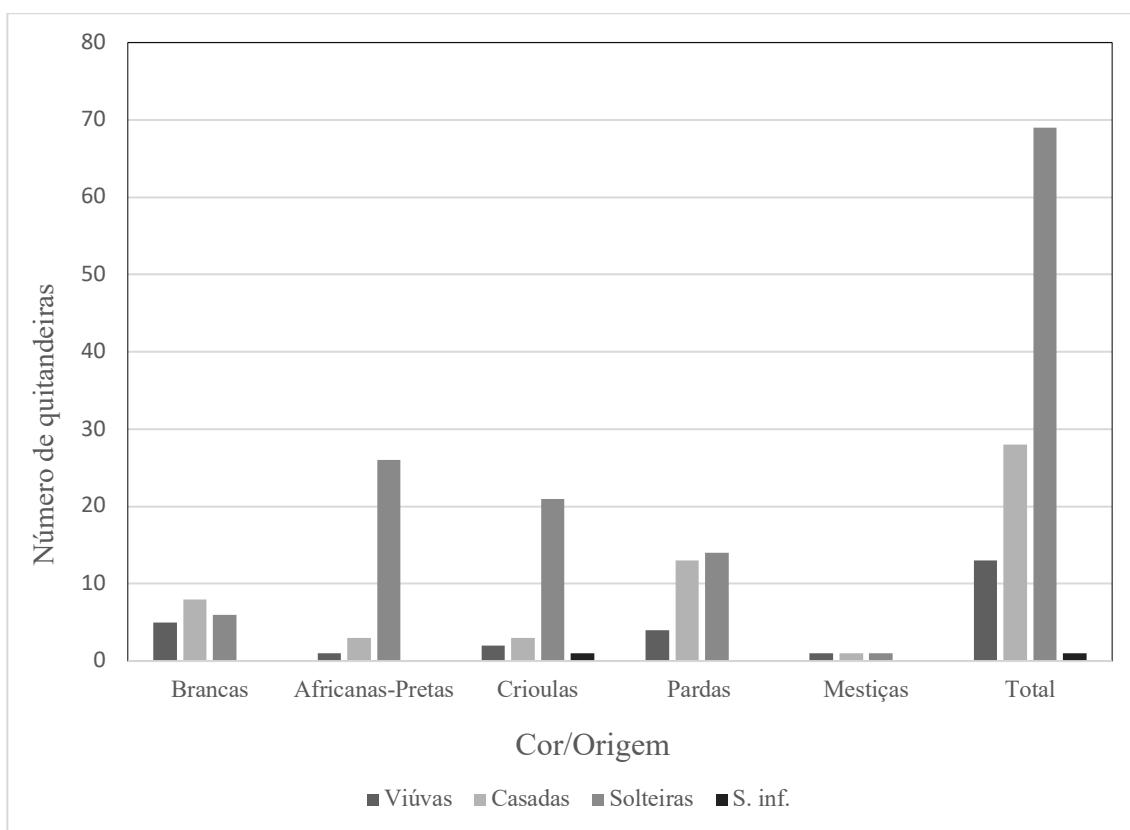


Fonte: Listas nominativas de 1831/32. Banco de dados: Poplin-Minas 1830, CEDEPLAR/UFMG

Sobre a condição marital das quitandeiras, o Gráfico 3 revela que, para as 110 quitandeiras para as quais obtivemos informações, 62,7% eram solteiras, distribuídas em todas as faixas etárias. 25,3% eram casadas, distribuídas em todas as faixas etárias a partir de 20 anos. 12% eram viúvas e encontravam-se nas faixas etárias entre 50 e 74 anos. Se somarmos a porcentagem de quitandeiras solteiras com a porcentagem de quitandeiras viúvas, o que resulta em 74,7%, podemos supor que a venda ambulante de alimentos era uma atividade típica de mulheres sem cônjuge. Provavelmente, a falta do compromisso conjugal proporcionava uma maior liberdade no ir e vir das quitandeiras, fator essencial na prática do comércio ambulante. Quanto à situação de viuvez, Silva (1995) alega que, necessariamente, ela levava a mulher a trabalhar. No caso das mulheres mais ricas, elas passavam a gerir o patrimônio do marido.

Trazendo, agora, a análise desses dados para a questão racial, o Gráfico 5 nos mostra que, dentre as 99 quitandeiras para as quais obtivemos informações e, dentre as não-brancas, 69,9% eram solteiras, 22,2% eram casadas e 8,9% eram viúvas. Ou seja, dentre as não-brancas, 78,8% não tinham cônjuge. Entre as quitandeiras brancas, 42,1% eram casadas, 31,6% eram solteiras e 26,3% eram viúvas, o que significa que 58% delas não tinham cônjuge. Logo, entre as quitandeiras não-brancas, havia uma proporção maior de mulheres solteiras, o que talvez possa ser explicado pelo fato da escravidão dificultar o matrimônio, dado que apenas 12% das quitandeiras escravizadas eram casadas.

Gráfico 5 – Estado marital das quitandeiras segundo a cor/origem Minas Gerais, 1831



Fonte: Listas nominativas de 1831/32. Banco de dados: Poplin-Minas 1830, CEDEPLAR/UFMG

Porém, é importante fazermos a ressalva de que havia uma grande variedade de arranjos familiares nas Minas Gerais dos Oitocentos, os quais não obedeciam ao modelo patriarcal herdado de Portugal, principalmente na camada mais pobre da população. Nas camadas populares, era grande o número de uniões consensuais, pois as condições materiais da época impossibilitavam muitas pessoas a viverem de acordo com os valores da família patriarcal pregados pela Igreja Católica. O casamento, além de ser caro, impossibilitava as uniões inter-raciais, que eram mal vistas e desaconselhadas pela Coroa Portuguesa no período colonial (MARTINS et. al., 2004). Além do alto preço do sacramento, a evolução de valores morais alternativos das camadas populares, onde as noções patriarcais de família, a subordinação da mulher e os ideais morais do casamento e da castidade feminina não tinham tanta importância, prevaleceu sobre as Ordenações da Coroa Portuguesa, gerando arranjos familiares alternativos.

Junto a isso, as atividades econômicas que surgiram paralelamente à mineração possibilitaram o surgimento de uma camada social intermediária, “mais alargada entre os pólos senhor-escravo” (FIGUEIREDO, 1997). A atividade mineratória permitia diversas formas de relações escravistas que não somente aquela encontrada nos grandes latifúndios açucareiros, como por exemplo, o esquema dos jornais. Como consequência, desenvolveu-se um outro tipo de mentalidade e o estabelecimento de toda uma trama complexa de relações familiares e sociais. Valores ideológicos relativos ao casamento e à organização da família nos meios senhoriais não se estendiam às camadas mais pobres, onde moças pobres permaneciam solteiras ou tendiam a formar uniões consensuais. A sociedade mineira, portanto, não teria sido tão patriarcal quanto as outras regiões do Brasil (FIGUEIREDO, 1993).

Essa constatação traz uma primeira questão para a nossa análise: o número elevado de mulheres solteiras entre as quitandeiras pode estar sobrestimado, dado o grande número de relações consensuais existentes naquele período. Observando as informações dos habitantes de cada fogo, como a idade, estado marital e o número de crianças, podemos supor que pessoas declaradas solteiras, poderiam estar ocultando uma relação consensual. Tomamos como exemplo o fogo em que habitava a quitandeira Pulcena Maria, branca, solteira, de 28 anos. Habitavam, no mesmo fogo, além de 3 crianças brancas, Manuel Soares, solteiro, branco de 76 anos, Anna Custodia, solteira, branca de 58

anos e Joze Francisco, branco de 20 anos, que supusemos ser o companheiro de Pulcena e pai das crianças. É possível também que Pulcena fosse filha de Manuel e Anna Custodia.

A segunda questão diz respeito ao número de mulheres casadas, que pode ser menor do que o apontado nos dados. Esses números podem camuflar os casos das esposas que viviam sozinhas, cujos maridos migraram para outras regiões em busca de melhores condições de vida, porém ainda se sentiam formalmente ligadas a eles. Temos, como exemplos, as quitandeiras Claudina Maria, parda de 46 anos e Custodia da Fonseca, parda de 39 anos, ambas casadas, porém as únicas habitantes de seus fogos.

Independentemente dos arranjos familiares, é possível concluir, através da análise individual de cada fogo, que a maior parte das mulheres acima de 20 anos de idade trabalhava, fosse como quitandeiras, costureiras, fiadeiras ou cozinheiras. Casadas, solteiras ou viúvas, brancas, negras ou pardas, o trabalho fazia parte do cotidiano das mulheres empobrecidas do século XIX mineiro. Entre as quitandeiras, destaca-se a elevada proporção daquelas que eram chefes de domicílio, o que pode nos ajudar a pensar na importância dos seus ganhos no sustento do fogo, ou melhor, no modo em que eles possibilitaram a sobrevivência de um número significativo de famílias pobres.

De acordo com o estudo de Queiroz et al. (2000), também baseado nas Listas Nominativas de 1831 e 1832, 27,31% dos domicílios da província mineira eram chefiados por mulheres. Dentre as quitandeiras, conforme observado na Tabela 4, para as 97 quitandeiras para as quais constam informações sobre a relação com o chefe do fogo, temos que 50,5% eram chefes do fogo, 20,6% eram cônjuges do chefe, 23,7% eram escravos, 1% era filha do cônjuge e 1% agregada. Segundo Martins et. al (2004), o fato de mulheres serem arroladas como chefes de domicílio no século XIX, ou seja, como as provedoras da família, pode ser explicado pela flexibilização nos valores antes socialmente sedimentados. Para Dias (1995) o fenômeno de mulheres solteiras, chefes de família parece peculiar à urbanização como um todo nas colônias no Brasil e intrinsecamente presente na estrutura da sociedade colonial. Esse fato, portanto, desmistifica a visão tradicional construída sobre o sexo feminino que conferia às mulheres um papel subalterno nas Minas Gerais dos Oitocentos.

**Tabela 4 - Relação das quitandeiras com o chefe do fogo segundo o estado marital
Minas Gerais – 1831 – 97 informações**

	Casada	Viúva	Solteira	Total	%
Chefe do fogo	5	11	33	49	50,5
Cônjuge do chefe	20	0	0	20	20,6
Escravo	3	0	20	23	23,7
Filha do cônjuge	0	0	1	1	1,0
Agregada	0	0	1	1	1,0

Fonte: Listas nominativas de 1831/32. Banco de Dados: Poplin-Minas 1830, CEDEPLAR/UFMG

Para Figueiredo (1997),

“A estabilidade nas uniões consensuais instituídas entre as camadas populares possibilitou uma divisão de papéis no domicílio caracterizada por uma maior atuação feminina do que aquela prevista no casamento cristão. O verdadeiro estímulo para a definição de papéis nos domicílios não foi o discurso teológico que fixava a subordinação feminina no casamento, mas as exigências de um cotidiano que era vital para a distribuição de tarefas ou a transferência de papéis para a sobrevivência do grupo doméstico. Encontram-se mulheres ocupadas no pequeno comércio com o que obtêm rendas para a sustentação do parceiro, outras administram a casa e os negócios do companheiro, permanentemente ou quando da sua ausência...” (p. 138).

Assim, é dentro desse contexto social de flexibilidade normativa que se compreende um número significativo de mulheres chefiando domicílios. No caso das quitandeiras, dentre as chefes do fogo, prevaleciam as mulheres solteiras, representando 67,3% do total para as quais obtivemos

informações. As viúvas representavam 22,4% desse total e as casadas 10,2%. Portanto, entre as chefes de domicílio, somando a porcentagem das quitadeiras solteiras com a porcentagem das quitadeiras viúvas, temos que 89,7% não tinham cônjuge. Algumas delas viviam sozinhas ou com os seus filhos, escravos ou agregados. É importante lembrar que, aquelas que se declararam casadas não necessariamente viviam com os seus cônjuges, como os dois casos que citamos anteriormente, das quitadeiras Claudina Maria e Custodia da Fonseca, que viviam sozinhas nos seus fogos. Outro exemplo, é o da quitadeira Thereza, parda, de 25 anos, que vivia com a escrava Feliciano, africana /preta, de 30 anos, e Pulcina, Porfino e Feliciano, de respectivamente 11, 10 e 8 anos, todos pardos.

Portanto, embora não tenhamos informações sobre a participação da renda das quitadeiras na renda total do fogo, pelo o que foi exposto acima, podemos deduzir que os ganhos obtidos com as vendas de comestíveis eram capazes de sustentar tanto os fogos onde as quitadeiras viviam sozinhas, quanto os fogos com mais de duas pessoas. Ou seja, os ganhos das quitadeiras poderiam ser complementares à renda total do fogo ou, até mesmo, a sua única fonte de renda. De uma forma ou de outra e, de encontro à historiografia das quitadeiras do século XVIII, acreditamos que, igualmente, havia muita pobreza entre essas mulheres no século XIX. No entanto, os seus ganhos eram capazes de sustentarem a si mesmas e às suas famílias. Mesmo não sendo a via de regra, houve até aquelas que conseguiram ascender economicamente através dos ganhos obtidos com as vendas em tabuleiros⁴.

Deixamos, agora, a base de dados Poplin/Minas 1831/1832 e damos um salto para a década de 1870, cuja fonte de informações é o Recenseamento Geral do Império de 1872. Esse grande intervalo, entre a década de 1830 e a década de 1872, deve-se à falta de outra documentação tão detalhada sobre a população mineira. Como o Recenseamento de 1872 não nos fornece informações detalhadas sobre a ocupação dos habitantes, reunimos, na Tabela 5, os dados sobre a população ocupada pelo ramo de atividade, segundo o sexo e a condição social.

Tabela 5 – Distribuição Percentual da População Ocupada por Ramo de Atividade segundo o Sexo e a Condição Social Minas Gerais – 1873

Ramo de atividade	Homens		Mulheres		Total
	Livres	Escravos	Livres	Escravos	
Agricultura	51,06	56,30	19,51	32,08	37,07
Atividades Extrativas	1,16	1,17	0,00	0,00	0,59
Criação de animais	0,40	0,00	0,02	0,07	0,17
Construção	0,50	0,24	0,00	0,00	0,23
Indústria Têxtil	1,13	0,68	10,85	4,87	5,38
Prod. Peças Vestuário	1,52	0,46	26,50	15,18	12,81
Madeira	1,87	0,70	0,00	0,02	0,82
Metalurgia	1,10	0,39	0,28	0,03	0,60
Couros e Pelos	0,28	0,05	0,00	0,00	0,12
Comércio	2,81	0,00	0,06	0,00	1,14
Serviços profissionais	0,65	0,00	0,14	0,00	0,32
Serviços públicos	0,72	0,03	0,00	0,00	0,29
Serviços domésticos	6,46	25,67	40,32	40,83	25,33
Criados e Jornaleiros	30,25	14,29	2,30	6,91	15,10
Manufatureiros e fabricantes	0,08	0,00	0,02	0,00	0,04
Total Ocupado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

⁴ Ver SOUZA, L. M. *Os desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982; FIGUEIREDO, L. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993; PAIVA, E. F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. REIS, L. M. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros: Minas Gerais, 1720-1800*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

Na tabela 5, observamos que, em 1873, ano em que foi realizado o recenseamento em Minas Gerais, a agricultura, base da economia mineira Oitocentista, era a atividade que mais absorvia trabalhadores (principalmente os escravos), seguida dos serviços domésticos, dos criados e jornaleiros e da produção de peças de vestuário. As ocupações femininas e masculinas mantinham-se firmemente demarcadas. Entre as atividades femininas, o censo mostra que a maior parte das mulheres livres e das mulheres escravas trabalhavam no ramo de serviços domésticos, seguida da produção de peças de vestuário e da indústria têxtil. Comparativamente aos homens, as mulheres dominavam essas categorias. Vale enfatizar que a maior parte das pessoas que compunham a categoria de serviços domésticos estava concentrada nas áreas rurais.

Para as quitandeiras, a nossa suposição é a de que, no Recenseamento de 1872, elas estivessem incluídas na divisão dos serviços domésticos, como aquela pessoa que realiza as tarefas de casa, mas que também faz quitandas para vender, não aparecendo, assim, plenamente como quitandeira. Essa conclusão segue a nossa hipótese de que o conceito de quitandeira era mais alargado e não se referia apenas à venda em tabuleiros. Tanto o trabalho escravo, quanto o trabalho não escravo realizado no âmbito doméstico, poderia incluir, nesse caso, todo o conjunto de atividades que eram feitas. Corroborar a nossa suposição, o depoimento de Helena Morley (2017), exposto adiante, quando a autora relata que, ao final do século XIX, as ex-escravas que ainda trabalhavam na casa de sua avó, faziam comidas e doces para vender e arrecadar algum dinheiro.

Em vista disso, é possível que algumas quitandeiras, após a decadência da mineração, possam ter migrado para outros tipos de serviços tipicamente femininos, principalmente, para os serviços domésticos. Sabemos que as tarefas do lar e o cuidado dos filhos dos senhores, delegados às escravas negras, formavam uma forte característica da estruturação familiar e hierárquica durante o período de escravidão. Sendo assim, é possível que isso tenha acontecido, especialmente, após a abolição. Segundo Pereira (2011), com o fim da escravidão, o trabalho doméstico passou a figurar como um meio de sobrevivência para os ex-escravos. A incorporação dessa mão-de-obra liberta ao mundo do trabalho, deu-se, majoritariamente, e pelo trabalho doméstico. Nos grandes centros urbanos, essa atividade ocupou um lugar de centralidade nas relações de trabalho estabelecidas entre ex-senhores e ex-escravas.

Para aquelas que seguiram praticando a venda de comestíveis no final do século XIX, próximo à virada do século XX, contamos com dois relatos memorialísticos passados em Diamantina. A leitura atenta desses relatos possibilitou-nos circunscrever, de uma forma geral, as características e as nuances do que era ser uma vendedora de alimentos daquela época. O primeiro relato é do Bacharel Ciro Arno, pseudônimo de Cícero Arpino Brant. Em “Memórias de um estudante”, escrito entre os anos de 1885 e 1906, o autor narra as suas experiências pessoais, retratando os aspectos da vida cotidiana em Diamantina, Ouro Preto, Belo Horizonte e São Paulo, locais onde viveu como estudante. Em Diamantina, o autor presenciou e descreveu uma cena de quitandeiras negras vendendo alimentos na Rua da Quitanda. Destaca-se, nesse depoimento, o fato da quitandeira Eva pertencer a uma classe social mais nobre, o que se refletia nas suas quitandas mais refinadas. Isso acaba por reforçar o que foi dito anteriormente, sobre a existência de uma distinção social e econômica entre as quitandeiras.

“Palestravam as quitandeiras, assentadas no chão, junto aos respectivos tabuleiros de doces de cidra, cocadas, pés-de-moleque; biscoitos, roscas, broas, laranjas, jabuticabas, gabirobas, goiabas, araçás e mangabas. As mais tagarelas eram as pretas: Brígida, muito gorda; Idalina, sempre chiando com asma crônica, tendo ao lado uma filha de dez anos, a pretinha Germana, muito esperta; Rosa, velha africana, que se dizia natural de Moçambique. Esta tinha uma filha mulata, a Eva, conhecida por “Eva do Moreira”, também quitandeira, mas que não se assentava na Quitanda; pertencia a uma classe mais nobre: perambulava pelas ruas, com um tabuleiro de doces finos: pastéis de nata, canudos, manjares etc.” (ARNO, 1949, p. 87)

O segundo depoimento encontra-se na obra “Minha vida de menina” (2017), de Helena Morley, pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant. Filha de um imigrante inglês e de mãe mineira, Morley tinha entre 13 e 15 anos quando descreveu, em um diário, o cotidiano da vida em Diamantina

entre 1893 e 1895. Helena descreve-se como membro de uma família pobre, cujo pai dedicava-se à extração de diamantes em uma época em que as lavras já estavam praticamente esgotadas. Já a sua avó, citada frequentemente nas suas memórias, era uma mulher rica, proprietária rural e de importância social reconhecida na cidade.

A origem e a publicação dos diários suscitaram algumas críticas e hipóteses no meio literário. Essas hipóteses são mencionadas no ensaio que Roberto Schwarz dedica à obra, intitulado “Outra Capitu”, publicado em *Duas meninas* (1997 *apud* HOFF, 2016). A primeira hipótese viria da própria Alice ao sustentar que o livro foi realmente escrito por ela nas datas que são apresentadas no diário (de 1893 a 1895). A segunda hipótese, proposta por Alexandre Eulálio (1932-1988), era a de que a autora teria escrito seu livro já adulta, baseando-se nas memórias de juventude. Posteriormente, Eulálio reviu essa argumentação e concluiu que os escritos eram da jovem Alice, mas que teriam sido editados, ao menos em parte, na versão publicada. A terceira e última hipótese, que é a adotada por Schwarz, é a de que a autora teria melhorado seu texto de menina para a publicação, já revelando, na opinião do crítico, certos ideais modernistas, como a liberdade linguística e a difusão da língua “brasileira”. Há, ainda, especulações acerca da suposta participação autoritária do marido de Alice, Augusto Mário Caldeira Brant, quem teria insistido para que a esposa publicasse o diário. Além disso, é provável que ele tenha sido o coletor e o organizador de boa parte dos registros, bem como teria sido uma espécie de “censor”, tendo suprimido coisas que lhe pareciam indiscretas por atingir, através de críticas, pessoas ainda vivas (HOFF, 2016).

Cientes dessas questões em relação à nossa fonte, vale ressaltar que se trata de uma obra de extrema importância para a nossa pesquisa, pois ela evidencia os comportamentos dos sujeitos econômicos em um contexto de pobreza e escassez no final do século XIX. Comportamentos esses que julgamos terem sido similares em boa parte do território mineiro. Através dos relatos do diário de Helena, é possível compreender como as ex-escravas e as mulheres brancas empobrecidas sobreviviam no mundo do trabalho no final do século XIX. Prossigamos, então, com algumas reflexões que emergiram dessa leitura e que se circunscreveram à nossa análise sobre a atuação das quitandeiras no universo do trabalho.

Em “Minha vida de menina” a autora narra que a sua tia Carlota “comprou uma vaca com cria, para vender o leite e sua mãe “tomou freguesia com ela”. O produto era levado à casa dos fregueses, toda manhã, por “Maria, uma pretinha muito esperta”. Também sua tia Aurélia, com a ajuda dos filhos Luisinha, Sérgio e João Afonso, produzia para venda uma “quantidade de coisas boas: bolos, pastéis, craquinés, pés-de-moleque e cocadas”. Os meninos levavam as bandejas com os produtos para atrás da Sé, vendendo cada doce por um cobre e três por cem réis (MORLEY, 2017, p. 23, 30 e 44).

Ao exemplo do que acontecia na casa da tia e dos primos, Helena vendia ovos. Com isso, “além de comer muitos ovos”, ela comprou um par de meias e uma escova de dentes. A autora ainda nos conta um episódio vivido com a sua prima Luisinha, que possuía algum dinheiro por ter vendido uma dúzia de ovos. As duas, ao passar pela casa de “Chichi Bombom”, avistaram uma goiabeira branca, carregada de goiabas. “Luisinha então disse: ‘Vou comprar para nós duzentos réis de goiaba’. Entrou e comprou, a mulher deu trinta e dividimos quinze para cada uma” (p. 74).

Até este ponto do depoimento de Helena, podemos destacar algumas questões em relação à produção e à circulação das quitandas e demais gêneros alimentícios na Diamantina do final dos Oitocentos. Primeiramente, evidencia-se a troca, entre os moradores da cidade, vizinhos e parentes, de mercadorias locais, advindas dos próprios quintais e da produção de pequenos excedentes de alimentos na cozinha de casa. Aqui, fica claro o papel fundamental que as chácaras e os quintais exerceram no abastecimento familiar e na economia doméstica das famílias. Segundo Menezes (2003), os quintais constituíram o núcleo da vivência e da sobrevivência da mulher e de seus filhos, desde o século XVIII até bem avançado o século XX. Fora do âmbito doméstico, esses pequenos cultivos também contribuíram para o abastecimento local de gêneros da terra e para as relações de troca e comercialização entre vizinhos e moradores da cidade. Nesse caso, o fornecimento de mercadorias não tinha o intermédio de mascates ou atravessadores. Ou seja, havia, ali, uma zona de

autoconsumo, onde algumas pessoas acabaram desenvolvendo uma tênue conexão com uma economia de mercado de baixo volume.

Outra questão para a qual devemos atentar-nos no relato de Helena é o protagonismo das mulheres brancas no cenário de produção dos comestíveis e da decisão sobre o que seria vendido e em que local. Aqui, subentendem-se duas questões: em primeiro lugar, o depoimento comprova que havia uma comercialização “oculta” de gêneros alimentícios, além da rua e dos tabuleiros, pois ela poderia ocorrer, também, no ambiente doméstico, à porta de casa, exemplificado, no relato, pelo caso das goiabas vendidas por *Chichi Bombom*. O espaço da realização das vendas poderia acontecer, adicionalmente, em lugares determinados, como na Rua da Quitanda, citada no depoimento de Ciro Arno ou em outras ruas da cidade, na porta da igreja, de forma ambulante. No depoimento de Helena, vimos que essas vendas também se davam com a vendedora indo de casa em casa, como a negra que vendia leite, oferecendo-o de porta em porta.

Em segundo lugar, essa comercialização era comandada por mulheres brancas que, não necessariamente, saíam às ruas para vender os seus produtos. Ao que nos parece, as mulheres adultas da família de Helena não negociavam seus produtos nas ruas, como pode ter sido o caso de tantas outras mulheres brancas empobrecidas que vendiam gêneros alimentícios no final do século XIX. Para tanto, elas enviavam as suas empregadas negras ou os seus filhos, ainda crianças ou adolescentes. No caso da família de Helena, que pode ser também o caso de outras famílias da época, todos os membros eram envolvidos na venda dos alimentos, enquanto as mães trabalhavam somente dentro de casa, resguardadas dos julgamentos de parentes e do restante da sociedade. Para a família materna da autora, por exemplo, o trabalho era considerado algo vergonhoso, “coisa de escravos”. Talvez por isso, aquelas mulheres não saíam às ruas para vender os seus quitutes e quitandas.

Apesar dessa oposição ao trabalho por parte da família materna da autora, não queremos, como nos alerta Silva (1995), reforçar a visão generalizada e distorcida da ociosidade da mulher branca na província mineira, pois ela não leva em conta a diversidade de situações econômicas nem a hierarquia social. Devemos salientar que, embora o núcleo familiar da narradora fosse pobre, os outros familiares pertenciam a uma classe social privilegiada e, por essa razão, viam o trabalho como uma atividade pejorativa. Por outro lado, a família de seu pai, inglesa e protestante, via o trabalho como algo positivo. Vimos que a própria Helena chegou a vender ovos, adquirindo, com a venda, gêneros de primeira necessidade. Desse modo, é possível concluir que, dada a pobreza da família, o comércio de gêneros alimentícios não tinha como objetivo a acumulação ou a ascensão econômica e sim, a sobrevivência.

Prosseguindo no relato de Helena Morley, chamou-nos a atenção a passagem do seu diário em que ela aborda o cotidiano dos ex-escravos que permaneceram na chácara de sua avó após a abolição da escravatura. Na chácara, havia um jardim, uma horta e um pomar, cuidados por “negros e negras do tempo do cativo”, que foram escravos e não quiseram sair com a Lei de 13 de Maio”. Ali, “as negras, (...) para terem seus cobres, faziam pastéis de angu, sonhos e carajés⁵ para as festas de igreja e para a porta do teatro”. No caso, foram os escravos e escravas que pediram para ficar, tanto que a sua avó dizia que a abolição libertou a todos, menos a ela, que se sentiu obrigada a mantê-los. Além de fazerem os serviços domésticos, as mulheres negras encontraram uma forma de ganhar algum dinheiro através da venda de comestíveis, que elas mesmas vendiam nas ruas. Esse fato corrobora a nossa hipótese de que, no Recenseamento de 1872, as quitandeiras estivessem incluídas na categoria serviços domésticos.

Em suma, nesse trabalho, constatamos não só a continuidade da atividade das quitandeiras nas Minas Gerais do século XIX, como também a diversidade racial e social entre elas. Aqui, retificamos a posição que tomamos na nossa dissertação de mestrado, onde tratamos a atividade das quitandeiras nos Oitocentos como ruptura e descontinuidade (BONOMO, 2014). Tal posição foi influenciada pela historiografia clássica, que defendia um período de ruralização da economia mineira surgido após a decadência da atividade mineratória. Segundo essa teoria, com a decadência do processo urbanizador, pouco trabalho restaria para as quitandeiras, devido às distâncias do mundo rural e autossuficiência

⁵ Confeito utilizado para decorar bolos e doces

na produção de alimentos das fazendas. Na pesquisa atual, revista essa posição, com base na historiografia mais recente e em diferentes fontes de dados, passamos a defender que mulheres negras, brancas, pardas e mestiças seguiram, ao longo de todo o século XIX, praticando a venda de comestíveis em tabuleiros, de porta em porta, à porta de suas casas ou em mercados fixos. Acreditamos, ainda, que a contínua expansão urbana ao longo dos Oitocentos e a diversificação da produção de alimentos possibilitaram o surgimento de novas quitandeiras, de diversas raças e diversas condições sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, C. M. C. **Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822.** Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010.

ARNO, C. **Memória de um estudante: 1885-1906.** Belo Horizonte. 2 ed. Imprensa Oficial, 1949. p. 80-88.

BONOMO, J. R. **O que é que a quitandeira tem?** Um estudo sobre a memória e a identidade das quitandeiras de Minas Gerais. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. Rio de Janeiro, 2014. 211 p.

DIAS, M. O. L. S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FIGUEIREDO, L. **O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII.** Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

_____. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORI, M. & BESSANEZI, C. **História das mulheres no Brasil.** 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

HOFF, P. C. Um clássico provinciano: Minha vida de menina, de Helena Morley. **Revista Moara.** Edição 46 – ago - dez 2016, Estudos Literários. ISSN: 0104-0944

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Recenseamento do Brasil em 1872.** Rio de Janeiro, 1874. ID 25477. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477> Acesso em: 22.12.2016.

LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Profissões, atividades produtivas e posse de escravos em Vila Rica ao alvorecer do século XVIII. **Minas Colonial: Economia e Sociedade.** São Paulo, FIPE/PIONEIRA, p. 57-77, 1982 (Estudos Econômicos FIPE-PIONEIRA).

MORLEY, H. **Minha vida de menina.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PAIVA, C. **População e economias das Minas Gerais no século XIX.** Tese de doutorado do Departamento de História – São Paulo: USP- FFLCH, 1996.

_____. & MARTINS, Roberto Borges. **Um estudo crítico do Recenseamento de 1872.** Relatório de Pesquisa. PNPE, 1983. (mimeo)

REIS, J. J. **A rebelião escrava no Brasil.** A história do levante dos Malês em 1835. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

REIS, L. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. **Revista do Departamento de Historia/UFMG**, n. 8, p. 72-85, 1989.

SILVA, M. B. N. Mulheres brancas no fim do período colonial. **Cadernos Pagu** (4), 1995, pag. 75-96.

STUMPF, R. G. Minas contada em números. A capitania de Minas Gerais e as fontes demográficas (1776-1821). **R. bras. Est. Pop.**, Belo Horizonte, v. 34, n.3, p. 529-548, set/dez 2017.